



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

ELEIÇÃO UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR EDITAL 01/2023

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Boa Esperança-ES

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BOA ESPERANÇA/ES – CMDCA - BE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda nº 231/2022 e na Lei municipal nº 1.484/2013, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Boa Esperança e dá outras providências.

1 DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Boa Esperança, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2024 a 9 (nove) de janeiro de 2028, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

1.2.1 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

1.2.3 Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que diz respeito à competência para processar ou julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112/1990.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e a carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos	Auxílio-alimentação	Vale feira
Membro do Conselho Tutelar	5	40 h	R\$ 1.460,19	R\$ 150,00	R\$ 50,00



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 7:30h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7 Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva e cumprirão carga horária de quarenta horas semanais, de segunda a sexta-feira, devendo ter disponibilidade de atendimento ao público fora do horário normal de expediente nos dias úteis, sábados, domingos e feriados em regime de plantões escalonados, observando-se as disposições previstas no art. 22, §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Municipal nº 1.484/2013.

1.8 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução n. 231/2022 do Conanda, e a Lei Municipal nº 1.484/2013 ou a que a suceder.

1.9 Sendo o candidato eleito servidor público municipal de cargo efetivo, este deverá optar entre a remuneração da função de conselheiro ou a remuneração do seu cargo público, sendo o seu afastamento regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Boa Esperança.

2 DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Boa Esperança ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal nº 1.484/2013.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

- I. Inscrição para registro das candidaturas;
- II. Prova de conhecimentos específicos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90, Constituição Federal, Língua Portuguesa e Informática Básica, de caráter eliminatório;
- III. Avaliação psicológica, de caráter eliminatório;
- IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo, uninominal e secreto dos eleitores do Município de Boa Esperança, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS À CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 1.484/2013, a saber:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

- I. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II. Ter reconhecida idoneidade moral comprovada por atestado de bons antecedentes pelo Serviço de Segurança Pública e atestado fornecido por 02 (duas) entidades de sua comunidade;
- III. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- IV. Residir no Município há mais de 01 (um) ano, cuja comprovação se dará através de contas de utilização de serviços públicos;
- V. Estar no gozo de seus direitos políticos;
- VI. Ter escolaridade mínima de nível médio;
- VII. Estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à escala de revezamento;
- VIII. Aprovação no exame de conhecimentos específicos de que trata o inciso II do artigo 34 da Lei Municipal 1.484/2013;
- IX. Aprovação em avaliação psicológica por profissional designado pelo CMDCA;
- X. não registrar antecedentes criminais.

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

- I. Formulário de inscrição individual, devidamente preenchido e assinado; (Anexo I)
- II. 1 foto 3x4, recente;
- III. Documento de identidade pessoal com foto;
- IV. Certidão de Nascimento ou Casamento;
- V. 02 (dois) comprovantes de residência que demonstre residir há mais de 01 (um) ano no Município de Boa Esperança, sendo um deles do ano de 2023;
- VI. Certificado de quitação eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
- VII. Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Civil (<https://ssp.sesp.es.gov.br/rgantecedentes/>);
- VIII. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual; (https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAO_PESQUISA.cfm)
- IX. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral; (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>)
- X. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal; (<https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar>)
- XI. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar da União; (<https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa>)
- XII. Histórico Escolar ou Certificado de conclusão de ensino médio, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- XIII. Atestado de idoneidade moral fornecido por 02 (duas) entidades da comunidade; (Anexo III);



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

- XIV. Declaração de disponibilidade para o exercício da função pública de conselheiro tutelar com dedicação exclusiva, sob pena das sanções legais; (Anexo II)

4. DA POSSIBILIDADE DE RECONDUÇÃO

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.1.2 Havendo candidatos na situação descrita no item acima, todos podem concorrer ao cargo, porém apenas o mais votado será empossado, permanecendo os demais na suplência e assumindo a função apenas no caso de afastamento ou de licença do titular que gerou o impedimento.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia **24 de abril de 2023 a 02 de maio de 2023**, em horário de atendimento ao público das **15h às 17h**, na **Prefeitura Municipal de Boa Esperança, no setor da Procuradoria-Geral do Município, localizada na Avenida Senador Eurico Rezende, 780, Centro, Boa Esperança/ES** e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição (Anexo I) para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica, pública ou particular com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal nº 1.484/2013, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste Edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

6.10 Caberá à Comissão Especial decidir, excepcionalmente, acerca da possibilidade de complementação de documentação apresentada dentro do prazo pelos candidatos.

6.11 Sem prejuízo da publicação oficial, os candidatos serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que lhe digam respeito por meio do endereço de e-mail ou por aplicativo de mensagem eletrônica do número de telefone identificado no formulário de inscrição, dispensando-se a confirmação de recebimento ou outras formas de notificação pessoal.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal nº 1.484/2013 e na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, até o **dia 08 de maio de 2023**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

7.6 Publicada a lista dos inscritos, qualquer cidadão poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 5 (cinco) dias, de **09 de maio de 2023 a 15 de maio de 2023**, no horário de atendimento ao público, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, localizado na Avenida Senador Eurico Rezende, 780, Centro, Boa Esperança/ES.

7.7 Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias para defesa, e realizará reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas,



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7.8 Independentemente de ter havido impugnação, ultrapassada a etapa do item 7.7, a Comissão Especial analisará individualmente o pedido de registro das candidaturas e publicará, até o **dia 01/06/2023**, a relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.9 Das decisões da Comissão Especial, os candidatos ou os impugnantes poderão interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias, no horário de atendimento ao público, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, localizado na Avenida Senador Eurico Rezende, 780, Centro, Boa Esperança/ES.

7.10 Havendo recurso, a Plenária do CMDCA se reunirá em caráter extraordinário para julgamento no prazo de 5 (cinco) dias, notificando os interessados acerca da data definida, publicando posteriormente extrato de sua decisão.

7.11 Finalizada a etapa recursal, será publicada a lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas e indeferidas, o que deverá ocorrer até **dia 16 de junho de 2023**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

8. DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

8.1 No dia **02 de julho de 2023, das 8h às 12h**, no local a ser divulgado pela Comissão Especial, será realizada a prova escrita de caráter eliminatório com **30 questões objetivas de múltipla escolha** para aferição de conhecimento das seguintes matérias: Conhecimentos Específicos **sendo 17 (dezesete) questões da Lei federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente: Título I - Das Disposições Preliminares; Título II - Dos Direitos Fundamentais - Capítulo III - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Título III - Da Prevenção - Capítulo II – Da Prevenção Especial - Seção II - Dos Produtos e Serviços; Seção III - Da Autorização para Viajar; Parte Especial Título II - Das Medidas de Proteção - Capítulo I - Disposições Gerais - Capítulo II - Das Medidas Específicas de Proteção; Título V - Do Conselho Tutelar - Capítulo I - Disposições Gerais; Capítulo II - Das Atribuições do Conselho; Capítulo III - Da Competência; Capítulo IV - Da Escolha dos Conselheiros; Capítulo V - Dos Impedimentos; 05 (três) questões da Constituição Federal de 1988: artigos 205, 206, 208, 226, 227, 228 e 229; 05 (cinco) questões de Conhecimentos de Língua Portuguesa e 03 (três) questões de Informática Básica.**

8.2 O candidato que atingir **50% da prova** será classificado e habilitado para participar da etapa posterior do processo eleitoral para escolha dos Conselheiros Tutelares;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

8.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova escrita com meia hora de antecedência devendo estar munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de um documento original de identidade e do comprovante de inscrição;

8.4 No ato da realização da prova objetiva, serão fornecidos caderno de questões e a folha de respostas.

8.5 Ao terminar o candidato entregará ao fiscal a folha de respostas, podendo levar o Caderno de Questões somente no período de trinta minutos antes do término do horário da prova;

8.6 Não serão computadas questões não respondidas nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível.

8.7 Será excluído o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste edital, incidir nas hipóteses abaixo: a) apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova; b) apresentar-se para a prova em outro local; c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado; d) não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos deste Edital, para a realização da prova; e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal; f) se for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;

8.8 A divulgação do resultado da prova ocorrerá até o dia **04 de julho de 2023**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos, no horário de atendimento ao público, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, localizado na Avenida Senador Eurico Rezende, 780, Centro, Boa Esperança/ES, no **prazo de 2 (dois) dias**, no período de **05 de julho de 2023 até 06 de julho de 2023**.

8.9 Os recursos relativos à prova de conhecimento serão apreciados pela Comissão Especial, que deverá publicar decisão até o dia **07 de julho de 2023**, com cópia ao Ministério Público.

9. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

9.1 O candidato será submetido à avaliação psicológica por profissional designado pelo CMDCA.

9.2 O local e data da avaliação psicológica será oportunamente informado.

9.3 Do resultado da avaliação psicológica caberá recurso, pelos candidatos, no **prazo de 2 (dois) dias**, no horário de atendimento ao público, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, localizado na Avenida Senador Eurico Rezende, 780, Centro, Boa Esperança/ES.

9.4 Os recursos relativos à avaliação psicológica serão apreciados pela Comissão Especial, que deverá publicar decisão até o dia **24/07/2023** publicando-se, em seguida, a lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

10. DOS CANDIDATOS HABILITADOS

10.1 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição composto por, no mínimo, 2 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos.

10.2 Finalizadas todas as etapas, será publicada a lista final dos candidatos habilitados, o que deverá ocorrer até dia **24/07/2023**, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

11. DA PROPAGANDA ELEITORAL

11.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

11.2 A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*.

11.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

11.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

11.5 Aplicam-se ao pleito as diretrizes previstas na Resolução n. 231/2022 do Conanda e, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

I- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;

IV- participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V- abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;

VI- abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;

VII- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

VIII- distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;
IX- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;

XI - abuso de propaganda na internet e em redes sociais

11.6 A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

11.7 Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

11.7.1 A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

11.7.2 A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

- I. em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
- II. por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;
- III. por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdos.

11.7.3 Para o fim deste Edital, considera-se:

- I. internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

- II. aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;
- III. página eletrônica: o endereço eletrônico na internet subdividido em uma ou mais páginas, que possam ser acessadas com base na mesma raiz;
- IV. blog: o endereço eletrônico na internet, mantido ou não por provedor de hospedagem, composto por uma única página em caráter pessoal;
- V. impulsionamento de conteúdo: o mecanismo ou serviço que, mediante contratação com os provedores de aplicação de internet, potencializem o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo;
- VI. rede social na internet: a estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns;
- VII. aplicativo de mensagens instantâneas ou chamada de voz: o aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*.
- VIII. disparo em massa: envio automatizado ou manual de um mesmo conteúdo para um grande volume de usuários, simultaneamente ou com intervalos de tempo, por meio de qualquer serviço de mensagem ou provedor de aplicação na internet.

11.8 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- I. Utilização de espaço na mídia;
- II. Transporte aos eleitores;
- III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreatas;
- IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- V. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

11.8.1 É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

11.9 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

11.10 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.11 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

11.12 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e dos candidatos habilitados, em igualdade de condições.

11.13 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação da candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

12. DA ELEIÇÃO

12.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto direto, facultativo, uninominal e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

12.2 A eleição será realizada no **dia 1º de outubro de 2023, das 8hs às 17h.**

12.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial até o **dia 01/09/2023**, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

12.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

12.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 90 (noventa) dias antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

12.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

12.7 O voto é sigiloso, e o eleitor votará em cabina indevassável.

12.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento oficial equivalente, com foto.

12.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

12.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

12.11 **O eleitor votará uma única vez, em um único candidato**, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

12.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com a indicação do respectivo número do candidato.

12.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, seguindo os



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral, aprovadas previamente pela Comissão Especial, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato.

12.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial.

12.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

12.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

12.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário, e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial.

12.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial.

12.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

- I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
- II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
- III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

12.20 Os candidatos poderão indicar um fiscal por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade deles à Comissão Especial até o dia 20 de setembro de 2023.

13. DA APURAÇÃO

13.1 A apuração dar-se-á na sede da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, localizada na Avenida Senador Eurico Rezende, 780, Centro, Boa Esperança/ES, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença dos escrutinadores, do representante do Ministério Público, se possível, e da Comissão Especial.

13.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação exclusivamente a respeito da apuração, que será decidida pela Comissão Especial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

13.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

13.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

13.6 Todos os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

13.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com maior nível de escolaridade; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

14. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

14.1 O resultado da eleição será publicado no **dia 01 de outubro de 2023**, em edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, bem como afixado em mural do Município e do CMDCA, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

14.2 Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

14.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em **10/01/2024**.

14.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

14.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

14.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

15. DO CALENDÁRIO

15.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar

Data	Etapa
13/04/2023	Publicação do Edital
24/04/23 a 02/05/23	Prazo para registro das candidaturas (item 6.1)
08/05/23	Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha, da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão Especial, pela população em geral, encaminhando-se cópia ao Ministério Público (itens 7.5 e 7.6)
Impugnação até 15/05/23	Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, com abertura do prazo de 5 dias para defesa. Realização de reunião da Comissão Especial para decidir acerca da impugnação. (item 7.7)
01/06/2023	Análise do pedido de registro das candidaturas, independentemente de impugnação, e publicação da relação



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

	dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão Especial (item 7.8)
02/06/23 a 09/06/23	Prazo para interposição de recurso à Plenária do CMDCA acerca das decisões da Comissão Especial (item 7.9)
16/06/2023	Julgamento, pelo CMDCA, dos recursos interpostos, com publicação acerca do resultado (item 7.10)
16/06/2023	Publicação, pelo CMDCA, de relação final das inscrições deferidas e indeferidas após o julgamento dos recursos pelo CMDCA, com cópia ao Ministério Público (item 7.11)
02/07/2023	Aplicação da prova (item 8.1)
04/07/2023	Publicação dos resultados da prova e abertura do prazo de 2 (dois) dias para recurso dos candidatos (item 8.8)
07/07/2023	Publicação do resultado final da prova pela Comissão Especial e convocação dos candidatos habilitados para a avaliação psicológica. (item 8.9)
Data e local será oportunamente informado	Avaliação psicológica (item 9.1)
24/07/2023	Publicação do resultado final da avaliação psicológica pela Comissão Especial, bem como da lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público (item 9.15)
26/07/2023	Início do período de campanha/propaganda eleitoral
26/07/2023	Reunião com os candidatos habilitados para orientações acerca das condutas vedadas
01/09/2023	Divulgação dos locais de votação (item 12.3)
1º/10/2023	Eleição (item 12.2)
01/10/2023	Publicação do resultado da apuração (item 14.1)
10/01/2024	Posse (item 14.3)

15.2 Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução nº 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal nº 1.484/2013, sem prejuízo das demais leis afetas.

16.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

16.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

16.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

16.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

16.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço (físico e de e-mail) e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

16.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

16.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

16.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça com atribuição na Infância e Juventude, no prazo de 72 (setenta e duas horas)

16.10 Fica eleita a Vara da Única da Comarca de Boa Esperança para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maria Marlene Bissoli Contarato

Presidente do CMDCA de Boa Esperança

Leandro José da Silva

Membro da Comissão Especial

Eudes Alexandre Monteverde

Membro da Comissão Especial

Joseane Ribeiro de Oliveira

Membro da Comissão Especial

Derlinda Aguiar Livramento Carvalho

Membro da Comissão Especial

Lóide Marinho Verly

Membro da Comissão Especial

Eliana Tambaroti Gasperazzo

Membro da Comissão Especial



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

Anexo I do Edital 001/2023

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____ (não preencher)

NOME _____

ENDEREÇO: _____

E-MAIL: _____ TEL: _____

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA: (o candidato **não** deverá assinalar as opções abaixo)

1. () 1 foto 3x4, recente;
2. () Documento de identidade pessoal com foto;
3. () Certidão de Nascimento ou Casamento;
4. () 02 (dois) comprovantes de residência que demonstre residir há mais de 01 (um) ano no Município de Boa Esperança, sendo um deles do ano de 2023.
5. () Certificado de quitação eleitoral
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
6. () Certidão de antecedentes criminais expedidas pela Polícia Civil
(<https://ssp.sesp.es.gov.br/rgantecedentes/>);
7. () Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual;
(<https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm>)
8. () Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>)
9. () Certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal;
(<https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar>)
10. () Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar da União;
(<https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa>)
11. () Histórico Escolar ou Certificado de conclusão de ensino médio, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
12. () Atestado de idoneidade moral fornecido por 02 (duas) entidades da comunidade, conforme modelo em anexo;
13. () Declaração de disponibilidade para o exercício da função pública de conselheiro tutelar com dedicação exclusiva, sob pena das sanções legais, conforme modelo em anexo;

Boa Esperança, ____ / ____ / ____

RESP. PELA INSCRIÇÃO

CANDIDATO



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Nº _____

NOME: _____

R.G. _____ CPF _____

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

Declaro ter recebido os documentos em envelope lacrado.

Boa Esperança, ____ / ____ / ____

RESP. PELA INSCRIÇÃO



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

Anexo II do Edital 001/2023

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO

Eu _____

R.G . _____ declaro que tenho disponibilidade para exercer atividade em regime de dedicação exclusiva e cumprir carga horária de quarenta horas semanais, de segunda a sexta-feira, com atendimento ao público fora do horário normal de expediente nos dias úteis, sábados, domingos e feriados em regime de plantões escalonados, observando-se as disposições previstas no art. 22, §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Municipal nº 1.484/2013, conforme Edital n.º 01/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Boa Esperança, _____ / _____ / _____

Assinatura do candidato



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boa Esperança

Anexo III do Edital 001/2023

ATESTADO DE IDONEIDADE MORAL
(emitido por entidade)

A entidade _____,
CNPJ nº _____, situado
na _____, nesta cidade de
Boa Esperança-ES, por meio de seu representante legal, vem **declarar**, sob as penas da lei, que o
candidato a membro do Conselho Tutelar Sr. (a)
_____ é pessoa de
idoneidade moral ilibada, de modo que não há nada que desabone sua conduta.

Boa Esperança _____ / _____ / _____

Declarante